

das políticas de integração, encontrará, neste texto, a possibilidade de um registo orientador.

No cômputo geral, de referir apenas uma pequena lacuna. A ausência de um capítulo final, interlocutor entre as duas partes, “Migrações na Europa” e “Migrações em Portugal”. Compreende-se, no entanto, a opção dos organizadores de não apresentar o livro como uma obra fechada, vinculada a uma única posição heurística, o que certamente não espelhará o pensamento firmado por Maria Ioannis Baganha.

Mais do que uma possível síntese do que, nos últimos quinze anos, se tem consolidado como objeto de análise nos estudos migratórios, em Portugal e em alguns países europeus, este livro de ensaios convida a refletir sobre direções futuras, sobre o trilho de caminhos prováveis; no fundo, convoca-nos para o que poderá ser um dos maiores contributos de Maria Ioannis Baganha para as gerações futuras dos estudos migratórios – a contínua e incessante problematização crítica.

Joana Sousa Ribeiro

**Vieira da Cunha, Neiva; Feltran, Gabriel de Santis (orgs.) (2013), *Sobre periferia. Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 224 pp.**

*Favela, periferia, margem* são, por vezes, sinónimos intercambiáveis da histórica precariedade urbana brasileira. Mas são também nomes defendidos, definidos. O termo favela existe há mais de um século no plano social e na geografia urbana e há mais de duas décadas no domínio da reflexão académica. Continua saindo da sombra.

*Sobre periferia. Novos conflitos no Brasil contemporâneo* busca desvelar, tal como uma boa camada de obras e de artigos, um dos temas mais promissores de certo estilo de antropologia urbana que vem sendo realizada no Brasil. Não tendo sido o primeiro e nem sendo com certeza o último, o livro reúne nomes que vêm marcando passo nos debates sobre margens urbanas. Após a sua leitura a proposta fica clara: caminhar da reflexão sobre fronteiras sociogeográficas – das *periferias* – em direção a uma proposta de “cartografia de perspetivas analíticas” – de *margens*. A obra é composta por três partes diferentes: i) drogas, crime, violência e política; ii) expressividade, religiosidade e gestão

social; iii) Estado, território, moradia e ação social.

A discussão inicia-se com as *fronteiras* dos espaços urbanos do *crack*, pela mão de Taniele Rui. A autora convence-nos de que diferentes lugares não são meros invólucros e cenários do consumo; diferentes territórios criam parâmetros de interação e novas relações. Três territorialidades distintas no uso do *crack*, em cidades do estado de São Paulo, apontam contrastes nas tensões que conjugam pessoas, socialidade e cidade, tensões com agentes que ora acolhem, ora punem esses “corpos abjetos”. O espaço do consumo *faz diferença*, diz Rui. Passamos em seguida à leitura possível do *limite* (ou “tensão liminar”) com uma circulação intermitente de pessoas dentro e fora de albergues na cidade de São Paulo. Aqui, a aparente ‘desespecificidade’ do público é, paradoxalmente, a especificidade do albergue. Daniel De Lucca Costa sintetiza: esta é uma instituição tão hostil quanto hospitaleira; ela acolhe enquanto expulsa. Diogo Lyra explora o tema da *punição* entre jovens traficantes,

conferindo inteligibilidade ao que seria do plano (moral) do ininteligível: a coesão na tensão e na violência. O caminho é trilhado no nível das palavras trocadas, ajudando o autor a esclarecer uma miríade de noções *emic* que dão sentido ao que designa como subjetividades do “sujeito-homem”. A primeira parte termina com uma cartografia da margem, proposta por Leilah Landim, que ruma através da leitura de organizações civis, elegendo como campo de atuação o tema-problema “violência urbana” no Rio de Janeiro.

“Artes da periferia”, por Rose Hikiji e Carolina Caffé, continua evidenciando a proliferação de expressões e de desempenhos culturais que parece oferecer novo contexto a disputas pela representação de lugares e pessoas na margem. O Estado, associações e a gestão começam a ganhar textura analítica por intermédio da análise etnográfica de políticas públicas (Ana Paula Galdeano), mas também já estavam nos espaços urbanos do *crack*, intersecados por uma pleora de atores institucionais (Taniele Rui). Galdeano descreve, num texto rigoroso e criativo, como a política de segurança pública vai colonizando as políticas de habitação, reforma e lazer em São Paulo na década de 2000. Múltiplos projetos e ativismos que passam pela gestão social da violência, em locais onde se faz presente o Primeiro Comando da Capital (PCC), passam por novas interseções entre polícia, religião e partidos que ora forçam a reintegração da ordem, ora a contestam. A mobilização social e política nas periferias está longe de ser estável. Wania Mesquita apresenta formas de entendimento, compreensão e tolerância moral entre os agentes do crime e os pentecostais, enquanto Nina Rosas, que encerra a segunda parte da obra, sublinha como “uma massa de fiéis empobrecidos” e as obras de assistência social em geral têm sido instrumentalizadas para

obtenção de sucesso pessoal e afirmação de carreiras religiosas e partidárias.

A discussão das fronteiras e passagens fica clara no caso dos projetos de “pacificação” policial de favelas, apresentado e discutido por Márcia Leite e Machado da Silva, com novas formas de regulação que facilmente se sobrepõem à lei. A análise tenta explicar o cruzamento entre barreiras mentais invisíveis e a segregação socioterritorial. Os autores sugerem que a contenção e os limites da circulação de jovens favelados na cidade carioca parecem prepará-los para lidar com o desconforto e a insegurança das interações quotidianas urbanas. Tal é feito através de “mapas de antecipação” (conceito tomado de empréstimo de Jeganathan no texto “Checkpoint: Anthropology, Identity, and the State”, in V. Das; D. Poole (orgs.), *Anthropology in the Margins of the State*) que envolvem cartografias dos estigmas e preconceitos. Por eles, polícia e Estado são percebidos através da sua face repressiva, longe do que seria a missão original de provisão de serviços públicos e equipamentos urbanos. Isabel Georges e Yumi dos Santos usam a categoria beckeriana de “empreendedor moral” para descrever políticas sociais terceirizadas de assistência a famílias em São Paulo. Concluem que uma gestão sexuada pode produzir, especialmente nas mulheres assistidas, novas formas de desigualdade. Luciana do Lago vem falar-nos de empreendimentos autogeridos nas periferias de São Paulo e Porto Alegre e das dificuldades manifestas deste tipo de associativismo. A autora demonstra serem poucos os governos locais, as municipalidades, que utilizam instrumentos legais para regular ou reduzir a ação privada que tende a alimentar a especulação fundiária. E por fim, Marluci Menezes e Tânia Ramos apresentam um caso em Lisboa. Descrevem minuciosamente e no tempo a edificação e as transformações

urbanas no bairro de Chelas. As autoras defendem que a associação representacional frequente entre insegurança e um território específico é (re)criadora de periferia urbana, demarcando-a fatalmente da cidade, mesmo que subvertendo o plano urbanístico-social original.

No seu conjunto, esta é uma dessas coletâneas que resulta do acúmulo de experiências, tanto empíricas quanto conceituais, que têm transformado em objeto de pesquisa antropológica os espaços urbanos e a vida em cidades. Como refere Birman, na abertura do livro, todos os autores da obra recusam o dualismo que oporia centro e periferia. A aposta está na ampliação e não no estreitamento de propostas.

Pela sua complexidade, entender as margens exige diluição de fronteiras estanques e previamente dadas ao observador desavisado. A dicotomia “cidade partida” (proposta no famoso livro de Zuenir

Ventura), que se tornou uma metáfora de uso cognitivo fácil, sobretudo para o caso do Rio de Janeiro, não reúne consistência analítica. Ela é uma *performance* em si mesma (ainda que possa ter efeitos reais) e só nessa medida requer atenção. Como bem advertem Neiva Vieira da Cunha e Gabriel de Santis Feltran, discutir periferias contemporâneas implica conhecer o *labor* do tempo no espaço social, o mundo do trabalho, socialidades locais e circulações, configurações públicas de conflitos sociais e políticos emergentes, mas também diferentes sentimentos morais, demandas por respeito, reconhecimento, solidariedade. Que não restem dúvidas depois de ler o livro: periferia é um conceito polissêmico e os territórios da pobreza são amplamente heterogêneos. Mas dizer isto não é dizer tudo. O trabalho teórico começa aqui.

*Susana Durão*

### **Carlos Nolasco**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

Contacto: cmsnolasco@ces.uc.pt

### **Joana Sousa Ribeiro**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

Contacto: joanasribeiro@ces.uc.pt

### **Susana Durão**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP

Rua Cora Coralina, 100, CEP 13083-896 – Cidade Universitária Zeferino Vaz – B. Geraldo

Campinas – São Paulo, Brasil

Contacto: ssbdurao@gmail.com